

que não foi paga até hoje. E toda hora eu vejo colega anunciando milhões. Coincidentemente, são da base, ou que têm algum tipo de acordo, apesar de se alegarem de oposição.

Então, eu quero aqui dizer publicamente que eu estou achando estranho que tantos problemas burocráticos estejam surgindo agora, somente agora, inclusive com Apaes que existem há décadas. Como é que uma Apae que existe há décadas pode ter tanto problema, para eles não liberarem uma emenda? Então, fica aqui o registro, um protesto respeitoso.

Obrigada, presidente.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Obrigada, deputada. Esse problema não é só com a senhora, não. Eu estou com o mesmo problema. Ontem mesmo, um pessoal de Capivari ligou para mim. Estão com emenda liberada; eles não pagam.

E é verdade, tem deputado aqui... Eu sei que esses quatro deputados que estão aqui no plenário vivem das emendas impositivas, que são as obrigatórias. E o resto, a gente tem visto o pessoal à vontade.

E é desleal isso, porque a gente nota que é isso mesmo: eles estão querendo que a gente vá ao Palácio pedir, ficar de joelho na frente do governador e dar nosso apoio na campanha, mas nós não faremos isso.

Não vamos vender a nossa dignidade por emenda, não. Mas a grande realidade é o que a deputada Janaina traz a público aqui: nós, deputados que somos oposição ao governo, estamos tendo muita dificuldade em liberar nossas emendas impositivas.

Isso, desculpe o termo, é uma sacanagem. Para os que estão na base, não só as impositivas, como voluntárias - eles chamam de voluntárias. E muitos valores, hein; altos valores estão sendo liberados para o interior.

E nós estamos sendo cobrados: "ah deputado, o deputado x mandou um milhão, mandou 500 mil reais...". É, mas eu sou oposição; e oposição mal e porcamente tem a impositiva, e muitos não estão pagando. É muito triste. Então, vale a pena o alerta aqui, porque é sacanagem isso.

Você vai falar, Gil? Porque você é o próximo já. Quer que o Giannazi fale primeiro? Por mim, tudo bem. Giannazi, pode ser? Então, o próximo deputado inscrito é o deputado Carlos Giannazi, e o deputado Gil em seguida.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, de volta à tribuna no dia de hoje, eu queria dizer que na última terça-feira foi publicado um decreto no Diário Oficial, o Decreto no 66.794, de 2022, que regulamenta a famigerada Lei Complementar no 1.374, também de 2022, que trata da farsa da nova carreira, que infelizmente foi aprovada pela base do governo Rodrigo/Doria aqui na Assembleia Legislativa. Nós votamos contra, obstruímos, mas o projeto infelizmente foi aprovado, como eu disse, pela base do governo.

Essa regulamentação de uma parte da legislação, Sr. Presidente, já aponta para a opção. Os professores efetivos e os professores categoria "O" poderão... Vai sair ainda uma resolução, mas os professores já serão chamados a optar, porque a lei diz que, em um prazo de 24 meses, os professores efetivos, concursados, e também os professores categoria "F" - desculpe, não "O", "F" - poderão optar pela nova carreira, a farsa da nova carreira, ou seja, onde os seus salários serão transformados em subsídios.

Ou seja, o professor tem que ter clareza neste momento, porque, se ele entrar na nova carreira, ele vai abrir mão do seu quinquênio, da sua sexta parte, da licença-prêmio.

Ele abre mão da sua evolução por tempo de serviço e ficará refém de avaliações personalistas e subjetivas que serão feitas, ninguém sabe exatamente por quem, porque isso não foi regulamentado também. Aliás, é uma característica dessa famigerada lei, da farsa da nova carreira.

Então as entidades representativas do Magistério estão orientando para que os professores não façam ainda a opção, esperem. Haverá eleição no dia 2 de outubro, e nós lutaremos para que essa legislação seja imediatamente revogada.

Como, a partir do momento em que o professor opta pela nova carreira, ele não pode mais voltar atrás - e ele tem 24 meses para fazer isso - então é prudente que ele não faça essa adesão agora, porque depois ele não tem mais como voltar atrás.

Vai ter eleição, repito. As coisas vão mudar, e nós vamos pedir, lutar pela revogação dessa lei e também desse decreto. Então pedimos calma para os professores, porque o Magistério está sendo atacado de todos os lados.

O Magistério perdeu, os servidores em geral perderam as faltas abonadas nesta gestão do Rodrigo/Doria, perderam o reajuste do adicional de insalubridade, tiveram prejuízo nos precatórios, tiveram aumento da contribuição da Previdência, ou seja, confisco salarial também.

Além do confisco aos aposentados e pensionistas, tem o confisco para quem está na ativa, porque aumentou a contribuição previdenciária. Então todos estão sendo penalizados. Aumentou a contribuição para o lamspe.

Então confisco salarial, confisco de direitos, de benefícios, essa é a situação hoje do Magistério, que está sendo obrigado agora a abrir mão até mesmo do seu quinquênio, da sua sexta parte e da sua licença-prêmio. É o que está na Lei 1.374, Sr. Presidente, um ataque jamais visto na carreira do Magistério.

Então, professores, nossos colegas, cuidado. Não façam a adesão ainda, esperem a eleição. Nós vamos ter que revogar essa famigerada lei. São muitos os ataques, Sr. Presidente. Eu estava dizendo no meu primeiro pronunciamento que a situação é grave.

Tem um artigo que foi publicado agora na revista "Carta Capital" pelas professoras Andressa Barbosa, Ingrid Ribeiro e Márcia Jacomini dando conta da falta de professores na rede estadual. Elas mostram o artigo que, até o dia 8 de abril, nós tivemos mais de 44 mil, quase 45 mil aulas que não foram dadas na rede estadual por falta de professores.

O estado tem dificuldade de contratar. O que elas colocam é o que nós estamos denunciando aqui: há quase 10 anos não há concurso público para contratar professores na rede estadual. Há um processo de precarização, de contratação precarizada, Sr. Presidente, professor categoria "O".

Então, por essa contratação precarizada, essa dificuldade de contratação - não tem concurso público -, quase 45 mil aulas não foram dadas desde o início do ano até abril. Deve ter mais, porque essa contagem, essa pesquisa foi feita até o dia 8 de abril.

Então, é tudo mentira esse negócio da Educação, PEI, Novotec, Ejatec, o novo ensino médio. Tudo isso é uma verdadeira farsa, Sr. Presidente, que tem prejudicado imensamente os nossos alunos. É só vitrine eleitoral para a campanha do PSDB, do Rodrigo/Doria, do Rossielei, e também do PSDB aqui no estado de São Paulo.

Esse artigo mostra três pontos fundamentais, Sr. Presidente, três motivos que levam à falta de professores. Não tem concurso público, a precarização das contratações, o adocementamento dos professores. Os professores estão adoecendo no seu trabalho, por conta das péssimas condições do trabalho.

Então, eu queria ressaltar aqui, e dizer que esse artigo é muito importante, Sr. Presidente, e ele tem que ser lido, porque ele mostra claramente o que está acontecendo hoje, ele desmascara essa política da rede estadual de ensino.

Eu vou dar o nome aqui do artigo, rapidamente, para as pessoas lerem, que é o seguinte: "Falta de professores nas escolas estaduais é responsabilidade do governo paulista".

E por fim, para terminar o meu pronunciamento e a minha participação hoje aqui na Assembleia Legislativa, Sr. Presidente, eu quero saudar aqui as professoras e os professores da cidade de Sabino. Eles acabaram de conquistar o pagamento do piso nacional salarial.

Através da luta, da mobilização, eles conseguiram atingir esse direito, estabelecido na Lei nº 11.738, de 2008, que garante esse piso nacional salarial. Por 40 horas semanais, o salário

tem que ser de, no mínimo, R\$ 3.845,00, e eles conseguiram, através da luta, da mobilização.

Inclusive, retroativo a janeiro, porque é o que diz a lei. O reajuste foi dado em janeiro. Quero saudar ainda a minha colega professora, Vilma Schmidt, que está lá, morando lá, ajudando os professores, e também o meu colega, meu xará, o Carlos.

Então era isso, Sr. Presidente. Um abraço e boa tarde.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Obrigada, deputado. O próximo deputado é o senhor deputado Gil Diniz. Vossa Excelência tem o tempo regimental.

O SR. GIL DINIZ - PL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Boa tarde, presidente, deputado Coronel Telhada. Boa tarde, deputada Janaina Paschoal. Boa tarde Carlos Giannazi, deputado que me antecedeu aqui na tribuna, uma boa tarde aos assessores, aos policiais militares e civis, público que nos assiste aqui da galeria e nos assiste pela Rede Alep.

Presidente, vim aqui a esta tribuna dias atrás falar sobre os robôs do governador Rodrigo Garcia. É uma fábrica, presidente, de robôs, de bots, que estavam ali atacando as nossas publicações. Todas as vezes, deputada Janaina Paschoal, que nós publicávamos alguma coisa referente ao ministro Tarcísio Gomes de Freitas, que é o nosso pré-candidato ao governo estadual, dezenas, centena de robôs, deputado Coronel Telhada, iam nas nossas publicações criticar o ministro.

A maioria das publicações, dos comentários, eram repetidos, eram cópia e cola, nitidamente robôs, e eu alertei aqui desta tribuna, inclusive tentando alertar o Sr. Governador.

Acho que não adiantou muito. Mudaram um pouco a estratégia agora. Estão tentando focar, deputado Coronel Telhada, em aspectos positivos do Rodrigo Garcia. Por exemplo, algum deputado vai lá e cita o Garcia. Esses robôs vão lá elogiar o Garcia nessa publicação.

Vou dar um exemplo aqui. Vou passar esse vídeo aqui. É um vídeo que não tem som. Eu vou narrando aqui esse vídeo.

- É exibido o vídeo.

Olha aqui, esse aqui é o perfil do deputado Itamar Borges, gente boa. Tem uma publicação ali, essa publicação da ponte. Dá uma olhada, 213 curtidas, aí ele fala sobre a ponte e tudo mais, e vai ter um monte de comentário ali, positivo, tudo robô isso aí.

Tudo robô. Eu vou entrar em um desses perfis. Deem uma olhada aqui. Olha que interessante. Garcia, presta atenção, olha o que estão fazendo com você, a sua equipe de comunicação.

Olha esse rapaz: Guilherme Gustavo. É estranho, né? Mas tudo bem. Está falando que é do Rio de Janeiro, fotógrafo. Tem as fotos do cara ali e tudo mais. Supostamente, é o Guilherme Gustavo. Mas me chamou atenção, Coronel Telhada, olha só essa imagem. Ele diz que é do Rio de Janeiro, mas está com a faixa do Mister Jaraguá do Sul. Jaraguá do Sul não é no Rio de Janeiro.

O que eu fiz? Eu procurei pelo Mister 2018 nas redes sociais e encontrei. O nome dele é Marcelo de Souza. Esse é o perfil do cara. Tem 138 mil seguidores e aí está o book do cara.

O cara não é fotógrafo coisa nenhuma e não é do Rio de Janeiro coisa nenhuma. O cara é modelo, ou seja, a equipe do Rodrigo Garcia está copiando fotos, colocando nome que não existe, criando centenas, milhares de perfis com nomes. Isso aqui é falsidade ideológica, é uma série de crimes que estão cometendo. Cadê o MP? Cadê você, Ministério Público?

Está aqui: Marcelo Souza, modelo. Não é Guilherme. E esse perfil, essas fotos estão em outros perfis com outros nomes, ou seja, estão replicando perfis. É tão bizarro. Já encontrei comentários como esse em publicações do Cury, do Barros Munhoz, de toda... Eu ia falar outra palavra aqui, mas de toda a base do governador.

Rodrigo Garcia, eu sei que você tem dificuldade de conseguir subir nas pesquisas. O pessoal não te conhece, por mais que você seja da velha guarda da política, mas, dessa maneira, escancarada, uma fábrica de robôs, de "bots"?

E o pior, deputada Janaina, é que nos acusam justamente disso. Eu quero que me mostrem um, dois perfis do presidente Bolsonaro que façam alguma coisa disso, ou um perfil do ministro Tarcísio que faça alguma coisa disso. Se tivesse, já tinham nos denunciado. É o dia inteiro essa fábrica de robôs.

Você que está em casa, pesquise, dê uma entrada nessa publicação do deputado Itamar, que não tem culpa nenhuma. O erro dele foi citar o Garcia na postagem. Então, olha só, é tão requintada essa questão.

Citou o Garcia, lá vão os "bots": "Olha, excelente governador, nunca vi tanta escola integral na minha região". Aí você olha o perfil do cara e o cara é da Bahia. "Nunca vi tanta obra sendo feita na minha cidade!" Você olha e o cara é de Roraima e está elogiando o Garcia. Está bizarro isso, a céu aberto, Coronel Telhada.

Então, mais uma vez, venho aqui a esta tribuna denunciar essa equipe do Rodrigo Garcia. Vou fazer mais uma denúncia ao Ministério Público, porque está demais, está desproporcional.

Foi para isso, Garcia, que o senhor, com o João Doria, aumentou imposto aqui no estado de São Paulo? Para comprar perfis fakes e atacar desafetos políticos nas redes sociais?

Outro dia eu dizia aqui: o deputado Caio França publicou uma foto aleatória e os "bots" erraram e foram lá atacar o perfil do Caio França, que não tinha nada a ver com a história. Não citou Tarcísio, não citou Garcia. Erraram ali o ataque.

Então, deixo registrado mais uma vez desta tribuna: base aliada do Rodrigo Garcia, dê um toque nele. Parece que ele não tem amigos. Está ficando feio. Dezenas, centenas, milhares de perfis fakes atuando neste momento livremente na rede mundial de computadores para inflar uma popularidade que o governador não tem. Então, meu repúdio a esse tipo de política que é feito nos esgotos da política.

Já falei uma vez desta tribuna e não adiantou, mas vou continuar fiscalizando e denunciando a equipe do governador, principalmente a equipe de comunicação do governador, que está cometendo crimes e mais crimes, como eu denunciei agora desta tribuna.

O SR. GIL DINIZ - PL - Se houver acordo entre as lideranças, peço para levantar a presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Muito obrigado, deputado. Parabéns pelo trabalho. Poderia até ser motivo de um documento coletivo dos deputados, porque, no meu entendimento, até o TRE tem que ser acionado nisso aí, porque não deixa de ser uma pré-campanha criminoso até.

Então eu acho que nós deveríamos fazer - os vários deputados que concordam - capitaneados pelo senhor, que já tem esse mote levantado, está fazendo esse levantamento... É interessante, porque todos nós temos sido vítimas de "haters" - me ensinaram essa palavra outro dia. Eles têm umas palavras diferentes, né? Mas é verdade.

A gente fala um negócio e apanha um absurdo, falam um absurdo da gente. E como o senhor falou, o cara da Bahia falando que fez uma obra na cidade dele. Parabéns, deputado. Parabéns por essa postura e conte com a gente. Se o senhor resolver fazer alguma coisa coletivamente conte conosco, está bom?

Havendo acordo de lideranças, esta Presidência, antes de dar por levantados os trabalhos, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, sem Ordem do Dia.

Eu quero aproveitar, antes de encerrar a sessão, para avisar aqui a nossa assessoria e avisar todos os deputados que amanhã eu não estarei presente, tendo em vista que haverá a Festa da Espada, no Barro Branco, às 15 horas.

Eu estarei na festa, mas passo aqui de manhã para assinar a lista de presença para dar o quórum necessário. Muito obrigado a todos. Tenham uma boa tarde.

Está levantada a sessão.

- Levanta-se a sessão às 14 horas e 56 minutos.

3 DE JUNHO DE 2022

51ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: CARLOS GIANNAZI e JANAINA PASCHOAL

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - CARLOS GIANNAZI

Assume a Presidência e abre a sessão.

2 - JANAINA PASCHOAL

Por inscrição, faz pronunciamento.

3 - JANAINA PASCHOAL

Assume a Presidência.

4 - CARLOS GIANNAZI

Por inscrição, faz pronunciamento.

5 - CARLOS GIANNAZI

Por inscrição, faz pronunciamento.

6 - CARLOS GIANNAZI

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

7 - PRESIDENTE JANAINA PASCHOAL

Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 06/06, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Levanta a sessão.

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Carlos Giannazi.

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e recebe o expediente.

Iniciando a lista de oradores inscritos no Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Paulo Lula Fiorilo. (Pausa.) Com a palavra a deputada Janaina Paschoal, que fará uso regimental da tribuna.

A SRA. JANAINA PASCHOAL - PRTB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Cumprimento todos os que nos acompanham, V. Exa., Sr. Presidente, os funcionários, demais colegas. Tenho vários temas aqui.

Vou começar, para não esquecer, mandando um beijo para o povo de Resende, Rio de Janeiro, a pedido do Sr. Carlos Magno. Segundo o Sr. Carlos Magno, o povo de Resende torce muito por mim. Então agradeço o carinho. Início dessa forma.

Também queria trazer aqui, haja vista todas as discussões que houve nesta Casa sobre a construção do piscinão ali na região do ABC para evitar enchentes, o e-mail de uma senhora que mora na região, e ela diz o seguinte: "Dra. Janaina, não vai adiantar fazer piscinão se não limparem os córregos".

Aí ela cita aqui especificamente o Ribeirão dos Meninos, que nasce em Santo André, passa por São Bernardo, deságua no Tamanduaé. Segundo ela, são muitos os entulhos, a sujeira; ela fala também de outros córregos que passam pela região.

Eu respondi a ela dizendo que não é apenas na região do ABC que isso acontece. Realmente, a questão da limpeza dos córregos é um problema no estado inteiro. Faço esse alerta aqui, não só para as autoridades competentes, mas também para a própria população.

É importante não jogar lixo nos córregos, não jogar móveis usados, que às vezes tem móveis usados que são jogados nos córregos. Então é importante para que a gente consiga ter alguma efetividade.

Independentemente desta queixa, que é procedente, eu cobro aqui a finalização da obra do piscinão, porque o dinheiro foi liberado, as autorizações foram feitas, e o governador está para terminar o mandato - que, na verdade, ele era vice desdo o princípio, então o mandato também é dele - e a obra ainda não terminou.

Digo aqui publicamente, porque muita gente vem mandando e-mail, tanto para cobrar o meu posicionamento sobre o apoio ao PDL nº 22. E eu reitero que apoio o PDL nº 22, inclusive quando foi baixado o decreto de que o PDL visa suspender, eu estive na Secretaria competente argumentando que foi um erro fazer esses descontos.

Então eu apoio o PDL, apoio, peço que o Poder Executivo reconheça o erro, revogue esse Decreto. Então tem o meu apoio explícito a esta causa. Também haja vista os muitos e-mails que venho recebendo, quero deixar aqui expresso que sou contrária à cláusula de barreira nos concursos públicos.

Hoje nós temos aí uma campanha a favor dos aprovados no concurso da Polícia Civil. Muitos estão entrando em contato, seja diretamente comigo, com vereadores, que entram em contato comigo: podem colocar o meu nome como apoiadora da cláusula.

Eu entendo que essa cláusula de barreira... O que é isso, para as pessoas compreenderem: quando sai um edital de concurso, tem um número de vagas, só que em regra são aprovadas pessoas para além desse número.

E, na convocação, não chamam aprovados além desse número. Então fica aqui uma situação difícil, porque as pessoas são aprovadas, não são convocadas, e muitas vezes já se abre um concurso antes de se convocarem todos os aprovados.

Quando as pessoas começam a reclamar, ou entram com mandado de segurança, vem a explicação de que tem uma cláusula de barreira. Ué, mas se tem a cláusula, então por que aprova? Então acho que essa discussão precisa ser feita, eu levantei esse tema primeiramente lá no início do mandato quando o problema estava afeto à pasta de Assuntos Penitenciários. Agora é à pasta da Segurança Pública.

Então, sejam quais forem os aprovados, seja qual for o concurso, eu sou contrária a essa cláusula de barreira. Se há pessoas aprovadas à demanda, que sejam chamados os aprovados antes de se abrir um novo concurso, até porque isso tem gastos públicos envolvidos.

Outro grupo que vem o tempo inteiro escrevendo, pedindo meu posicionamento, xingando-me é o grupo dos CACs. Ontem mesmo recebi uma pessoa no gabinete, outras quem vir, pleiteando seus direitos, tem alguns projetos aqui em trâmite na Casa. Qual é o meu posicionamento?

Lá no início dos anos 2000, quando teve o referendo sobre o desarmamento, eu voltei contra porque entendo que é um direito, sim, as pessoas se armarem, defenderem-se, desde que, obviamente, passem por todos os testes. O que eu sou contrária...

Vossa Excelência me concede dois minutos só para complementar?

O que eu sou contrária é à ideia de uma pessoa entrar numa loja, comprar uma arma sem um controle, comprar munição, sem controle, sem limitação, isso eu sou contrária.

Agora, a pessoa, se apresentar a documentação cabível, fazer os cursos competentes, passar pelos testes também, apropriados e ter o seu porte de armas, sobretudo são pessoas que treinam, que têm capacitação, eu apoio. Mas é um apoio responsável, não é para entrar numa loja e sair armado atirando.

Então, assim, eu quero deixar isso claro, porque as pessoas ficam com esse tema, e voltam e vão a esse tema, então já fica claro aqui o meu posicionamento.

E também quero apoiar aqui abertamente o pessoal da Câmara Municipal de Lençóis Paulista. Eles estão tentando aprovar um projeto de lei parecido com o nosso aqui na Casa, o 668, que proíbe o passaporte da vacina para trabalhar, para estudar, para ter acesso à saúde.

E eu reitero também, neste momento, meu posicionamento contrário a essa arbitrariedade. Eles entraram em contato com o gabinete dizendo que o assessor jurídico, que tinha dado parecer favorável à constitucionalidade, voltou atrás, agora diz que o projeto dele seria inconstitucional.

Não é, não tem respaldo jurídico para impedir as pessoas de trabalharem ou de estudarem, tirar vaga de gente que pas-

sou em vestibular por força dessa questão da vacinação. Então fica aqui o meu apoio também ao pessoal da Câmara Municipal, aos vereadores de Lençóis Paulista.

Muito obrigada.

Vou assumir a Presidência para o colega poder falar.

Obrigada, presidente.

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Muito obrigado.

Chamo V.Exa. para continuar presidindo essa sessão.

- Assume a Presidência a Sra. Janaina Paschoal.

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PRTB - Assumo aqui honrosamente a Presidência dos nossos trabalhos, cumprimento nossos visitantes, e chamo à tribuna imediatamente o nobre deputado Carlos Giannazi, que terá o prazo regimental de cinco minutos.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sra. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público aqui presente e telespectador da TV Assembleia.

Praticamente, toda semana, faço denúncias em relação à farsa eleitoral do Programa de Ensino Integral, o famoso PEI, ou a famosa farsa da escola de tempo integral que o governo tem anunciado e tentando implantar na marra, de uma forma autoritária, desconsiderando a realidade das escolas, desconsiderando as decisões tomadas pelas comunidades escolares.

Nós estamos vivendo um momento muito difícil na Educação pública do estado de São Paulo. O governo estadual, o atual governador e o ex-governador Doria, na ânsia agora de reeleição ou eleição do governador Rodrigo/Doria e do seu ex-secretário, o Rossielei, estão atropelando a gestão democrática das escolas públicas, promovendo uma das maiores evasões e exclusões escolares da história do estado de São Paulo, implantando na marra e, repito, de forma autoritária esse programa, que vai prejudicar milhares e milhares de crianças e adolescentes em todo o nosso Estado, em todas as regiões.

Isso para apresentar uma vitrine eleitoral agora, na eleição do dia 02 de outubro, dizendo que o estado de São Paulo implantou três mil escolas durante essa gestão. É disso que se trata essa implantação autoritária, apressada, eleitoreira e excludente do PEI, do Programa de Ensino Integral.

Os casos são os mais absurdos e eu tenho denunciado exaustivamente na tribuna, na Comissão de Educação, no Ministério Público, no Tribunal de Contas do Estado, no Tribunal de Justiça - inclusive, eu tenho uma ação popular, que está lá para ser julgada, contra esse modelo de escola. Deixando claro que eu sou totalmente a favor da escola integral, mas não esse projeto do PSDB; esse projeto é autoritário e excludente.

Hoje, eu quero retomar aqui o caso que eu citei ontem da E. E. Paulino Nunes Esposo, que fica na região de Parelheiros, no bairro Casa Grande. Inclusive, eu eleionei, em 1992 e em 93, nessa escola. Conheço bem essa escola, conheço bem essa região, porque é a região onde eu vivi durante toda a minha vida, cresci, trabalhei em várias escolas.

Essa escola é uma escola estratégica na região: ela atende à demanda de ensino médio, sobretudo do período noturno; ela tem o curso de EJA, de Educação de Jovens e Adultos; e ela recebe os alunos do Cieja, muito próximo a um estabelecimento da Prefeitura de São Paulo, que é um centro de educação também de jovens e adultos, mas na área do ensino fundamental.

Esses alunos que se formam no ensino fundamental na rede municipal de ensino buscam o atendimento na Escola Paulino, porque é a escola mais próxima e a única da região que tem o ensino médio nessa modalidade de EJA, porque o Estado é obrigado a oferecer a Educação de Jovens e Adultos para as pessoas que não tiveram acesso na idade própria. Tem mais: a Escola Paulino ainda possui, dentro da sua estrutura, do seu prédio, um centro de línguas.

Agora, a escola foi informada, foi citada nesse programa. Ela tem que virar PEI; é uma imposição da Diretoria de Ensino, da Diretoria Sul 3 e da Seduc, que querem implantar na marra, mesmo com a posição contrária da comunidade, dos alunos e dos professores.

Agora, esse caso da Escola Paulino mostra a irresponsabilidade, a negligência, o descaso com o atendimento da demanda escolar e o quanto a rede está sendo instrumentalizada eleitoralmente, porque o governo aposta aí na evasão, no não atendimento de jovens e adultos que estão terminando o ensino fundamental na rede municipal, numa escola ao lado, praticamente. Esses alunos não serão mais atendidos, porque, simplesmente, o Governo vai implantar o PEI nessa escola.

É um verdadeiro absurdo, um crime, né? Também, o mesmo está acontecendo na E. E. Levi Carneiro, uma escola próxima, também na região ali de Parelheiros, entre Grajaú e Parelheiros. Essa escola também está sendo obrigada praticamente a muita manipulação de informação.

A Escola Levi Carneiro está sendo praticamente obrigada, uma escola na periferia, em uma região pobre, sem recursos, onde o Estado não chega, eles vão fechar turnos e salas. Olha só, é a maior promoção da evasão escolar, da exclusão escolar, de todos os tempos no estado de São Paulo.

Isso comprova o que está acontecendo na escola Paulino, na escola Levi Carneiro e ainda na mesma região, na região ali da Cidade Dutra, da Diretoria Sul 3, ao lado praticamente da Diretoria Sul 3, nós temos também a Escola Estadual Padre Francisco Azevedo, que atende à demanda de ensino fundamental. Essa escola também está sendo indicada para ser PEI, ou seja, essa escola vai ter uma redução drástica no atendimento de alunos.

Gente, é um absurdo o que está acontecendo. Eu já acionei, como disse, o Ministério Público, o Tribunal de Contas, TJ, Tribunal de Justiça, Comissão de Educação. Já organizei audiências públicas contra a implantação autoritária aqui na Assembleia Legislativa, mas aqui da tribuna da Assembleia Legislativa, Sra. Presidente, eu gostaria de acionar o Ministério Público novamente. O Ministério Público não pode deixar que isso aconteça.

Eu quero então, aqui, Sra. Presidente, fazer um pedido para que cópias do meu pronunciamento sejam endereçadas ao procurador-geral de Justiça, para que ele tome providências, para que ele investigue, para que ele abra um inquérito civil contra a implantação autoritária, excludente e eleitoreira desse programa, que se chama PEI - Programa de Ensino Integral - conhecido pelas comunidades escolares como a farsa da escola integral, que está promovendo a maior exclusão de alunos crianças, jovens, adolescentes e adultos da rede estadual de ensino.

E também peço para que cópias do meu pronunciamento sejam encaminhadas ao governador Rodrigo/Doria e também à Secretaria Estadual de Educação, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PRTB - Nós agradecemos, Sr. Deputado. Solicito à assessoria que faça os encaminhamentos, conforme o parlamentar requereu da tribuna. Sigo aqui com a leitura da lista dos oradores inscritos chamando à tribuna o nobre deputado Adalberto Freitas. (Pausa.) Deputado Marcos Damasio. (Pausa.) Deputado Gil Diniz. (Pausa.) Deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. (Pausa.) Deputado Coronel Nishikawa. (Pausa.) Deputado Jorge do Carmo. (Pausa.) Deputada Marta Costa. (Pausa.)

Encerro a lista principal e abro a lista suplementar de oradores inscritos no Pequeno Expediente chamando à tribuna o nobre deputado Castello Branco. (Pausa.) Deputado Delegado Olim. (Pausa.) Deputado Coronel Telhada. (Pausa.) Deputada Dra. Damaris. (Pausa.) E uma vez mais o deputado Carlos Giannazi, que terá o prazo regimental de cinco minutos.